

28 de Setembro do Exmo. MGEN DARH, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193 de 6 de Outubro de 2009 (a p. 40 311), atribuídas ao Exmo. MGEN DARH no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo Despacho n.º 14 452/2007 de 9 de Maio do Exmo. TGEN AGE, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129 de 6 de Julho de 2009 (a pp. 19 343/4), delegadas no Exmo. TGEN AGE, no âmbito da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 4316/2007 de 31 de Janeiro de S.Exa o GEN CEME, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49 de 9 de Março de 2007 (a pp. 6391/2), são promovidos ao posto de Cabo Adjunto, nos termos da alínea c), do n.º 1 do Artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no Artigo 56.º e a condição referida na alínea a), do n.º 1 do Artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em Regime de Contrato, a seguir identificados:

1.º cabo RC “07 — Serviços” NIM 02450902 — José Martinho de Freitas, antiguidade desde 17 de Outubro de 2009.

1.º cabo RC “07 — Serviços” NIM 06892699 — Marta Isabel Martins Gomes, antiguidade desde 9 de Janeiro de 2010.

1.º cabo RC “22 — Comando” NIM 04708599 — Adilson Luís Queiroz Saraiva, antiguidade desde 28 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “22 — Comando” NIM 04272801 — Bruno Daniel da Costa Alves, antiguidade desde 21 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “07 — Serviços” NIM 02542903 — Vera Lúcia Pimpão, antiguidade desde 14 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “07 — Serviços” NIM 02192602 — Andreia Patrícia Domingues da Silva Miranda, antiguidade desde 14 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “01 — Campanha” NIM 11692201 — Bruno Miguel Glória, antiguidade desde 5 de Dezembro de 2009.

1.º cabo RC “07 — Serviços” NIM 04113302 — Carina Augusta Roxo, antiguidade desde 14 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “01 — Campanha” NIM 03152800 — Roberto João Mateus, antiguidade desde 21 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “18 — Música” NIM 02641700 — João Paulo Valido, antiguidade desde 4 de Maio de 2008.

1.º cabo RC “01 — Campanha” NIM 17286903 — Ricardo Filipe Ventura, antiguidade desde 17 de Outubro de 2009.

1.º cabo RC “17 — Comunicações” NIM 09405401 — Aires Bruno Araújo, antiguidade desde 14 de Novembro de 2009.

1.º cabo RC “01 — Campanha” NIM 17673099 — Leandro Manuel Ribeiro, antiguidade desde 21 de Dezembro de 2009.

1.º cabo RC “15 — CVMP” NIM 11978198 — José Ezequiel Pinto, antiguidade desde 18 de Fevereiro de 2010.

8 de Março de 2010. — O Chefe da RPM, *José António da Fonseca e Sousa*, COR INF.

204531418

Despacho n.º 6080/2011

Encarrega-me o Exmo MGEN/DARH de comunicar que, por Despacho do Chefe da RPM de 10 de Março de 2010, praticado no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo Despacho n.º 22 132/2009 de 28 de Setembro do Exmo. MGEN DARH, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 193 de 6 de Outubro de 2009 (a p. 40 311), atribuídas ao Exmo. MGEN DARH no âmbito da subdelegação de competências conferidas pelo Despacho n.º 14 452/2007 de 9 de Maio do Exmo. TGEN AGE, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129 de 6 de Julho de 2009 (a pp. 19 343/4), delegadas no Exmo. TGEN AGE, no âmbito da delegação de competências conferida pelo Despacho n.º 4316/2007 de 31 de Janeiro de S.Exa o GEN CEME, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49 de 9 de Março de 2007 (a pp. 6391/2), são promovidos ao posto de 2.º Cabo, nos termos do n.º 4 e n.º 7 do Artigo 305.º do EMFAR, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito às remunerações do novo posto, por satisfazerem as condições previstas no Artigo 56.º e a condição referida na alínea a), do n.º 1 do Artigo 60.º do EMFAR, aprovado por aquele diploma, os militares, em Regime de Contrato, a seguir identificados:

2.º cabo graduado RC “01 — Campanha” NIM 10315405 — Leonardo Lourenço, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 14,69).

2.º cabo graduado RC “01 — Campanha” NIM 10794705 — Lino Nascimento, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 13,94).

2.º cabo graduado RC “01 — Campanha” NIM 02461304 — Cariana Freitas, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 13,96).

2.º cabo graduado RC “07 — Serviços” NIM 02790506 — António Freitas, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 13,98).

2.º cabo graduado RC “17 — Comunicações” NIM 11457106 — Alípio Ferraz, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 16,15).

2.º cabo graduado RC “17 — Comunicações” NIM 12174202 — Félix Gomes, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 14,77).

2.º cabo graduado RC “17 — Comunicações” NIM 00934102 — Sérgio Escórcio, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 13,58).

2.º cabo graduado RC “17 — Comunicações” NIM 18378704 — Graçela Oliveira, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 14,08).

2.º cabo graduado RC “19 — Saúde” NIM 01704800 — Susana Prioste, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 12,35).

2.º cabo graduado RC “16 — PE” NIM 14016605 — Silvério Teixeira, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 14,90).

2.º cabo graduado RC “16 — PE” NIM 13740805 — João Ferraz, antiguidade desde 11 de Janeiro de 2010 (Classificação: 13,66).

10 de Março de 2010. — O Chefe da RPM, *José António da Fonseca e Sousa*, COR INF.

204531386

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios

Declaração de rectificação n.º 671/2011

Por ter sido publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 12 de Outubro de 2010, o despacho n.º 15367/2010 com inexactidão na data da produção de efeitos, procede-se à devida rectificação, nos seguintes termos:

Onde se lê «O presente despacho produz efeitos a 15 de Março de 2010» deve ler-se «O presente despacho produz efeitos a 28 de Setembro de 2010».

2 de Março de 2011. — O Director, *Domingos Miguel Soares Farinho*.

204533662

Declaração de rectificação n.º 672/2011

Por ter sido publicado, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 12 de Outubro de 2010, o despacho n.º 15 366/2010 com inexactidão na data da produção de efeitos, procede-se à devida rectificação, nos seguintes termos:

Onde se lê «O presente despacho produz efeitos a 15 de Março de 2010» deve ler-se «O presente despacho produz efeitos a 28 de Setembro de 2010».

2 de Março de 2011. — O Director, *Domingos Miguel Soares Farinho*.

204534667

Declaração de rectificação n.º 673/2011

Por ter sido publicado, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 12 de Outubro de 2010, o despacho n.º 15 368/2010 com inexactidão na data da produção de efeitos, procede-se à devida rectificação, nos seguintes termos:

Onde se lê «O presente despacho produz efeitos a 15 de Março de 2010» deve ler-se «O presente despacho produz efeitos a 28 de Setembro de 2010».

2 de Março de 2011. — O Director, *Domingos Miguel Soares Farinho*.

204534529

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extracto) n.º 8543/2011

Faz-se público que, por despacho de 23 de Março de 2011 do Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, proferido ao abrigo do despacho de delegação de competências n.º 6 118/2010, do Ministro da Justiça, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 67, de 7 de Abril de 2010, foi homologada a acta da reunião do júri do concurso para atribuição de licenças de instalação de cartório notarial, aberto por despacho de 7 de Dezembro de 2010 do Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária, proferido ao abrigo do mesmo despacho de delegação de competências, e tornado público pelo aviso n.º 1434/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 14 de Janeiro de 2011, contendo em anexo, e dela fazendo parte integrante, a lista de atribuição de licenças de instalação de cartório

notarial, a lista dos candidatos a quem não foi atribuída licença e a lista de candidatos excluídos, infra apresentadas:

1) Lista de atribuição de licenças de instalação de cartório notarial

Nome	Licença atribuída
Ana de Melo Galdes Sequeira Borges.	24.º Cartório Notarial de Lisboa <i>a</i>).
Ana Maria Cunha de Almeida	Sintra <i>c</i>).
Ana Paula Pinto Alves	2.º Cartório Notarial de Leiria <i>a</i>).
Anabela Marques Ministro de Oliveira Antunes.	Sintra <i>c</i>).
António Jorge dos Santos Batista da Silva.	Maia <i>b</i>).
Bruna Liliana de Almeida Santos	Cartório Notarial de Portimão <i>a</i>).
Bruno Alexandre Gonçalves Carvalho	Cartório Notarial da Lousã <i>a</i>).
Catarina Susana Ferreira de Almeida da Trindade Correia.	2.º Cartório Notarial de Braga <i>a</i>).
Cecília Maria Vaz Ribeiro	Cartório Notarial de Mirandela <i>a</i>).
Eduardo Marques Fernandes	4.º Cartório Notarial de Lisboa <i>a</i>).
Irene Paixão dos Santos Leitão	Cartório Notarial da Covilhã <i>a</i>).
Joaquim António Barata Lopes	2.º Cartório Notarial de Sintra <i>a</i>).
Joaquim Manuel Vital Ruivo	Cascais <i>c</i>).
Jorge Artur de Oliveira Lopes	2.º Cartório Notarial de Almada <i>a</i>).
José Idalécio Fernandes	Cartório Notarial da Maia.
Júlia Maria dos Santos Lobo Gonçalves Monteiro.	1.º Cartório Notarial de Póvoa de Varzim <i>a</i>).
Maria Adelaide Monterroso Freixo	Cartório Notarial de Celorico de Basto <i>a</i>).
Maria Beatriz Vieira Campos Cantante	Cartório Notarial de Ermesinde <i>a</i>).
Maria Clara das Neves Pereira.	2.º Cartório Notarial de Vila do Conde <i>a</i>).
Maria do Carmo Augusto Laginhas	Moita <i>c</i>).
Maria Guadalupe Queirós Gonçalves da Cunha.	Cartório Notarial de Felgueiras <i>a</i>).
Maria Joana Goulão Machado	2.º Cartório Notarial de Coimbra <i>a</i>).
Maria João Gonçalves dos Santos Pereira.	Sintra <i>c</i>).
Marília Susana Luzio Rodrigues	1.º Cartório Notarial de Vila Franca de Xira <i>a</i>).
Marta Susana da Costa Jorge	Sintra <i>c</i>).
Natália Dias Lopes	Leiria <i>b</i>).
Paloma da Paz Costa Lavrador Rito	Cartório Notarial de Palmela <i>a</i>).
Paula Cristina Dias de Sá	Felgueiras <i>b</i>).
Rui Miguel da Costa Leite	Cartório Notarial de Vila Real de Santo António <i>a</i>).
Sandra Isabel da Cruz Raimundo	Cartório Notarial de Portalegre <i>a</i>).
Sandra Morais Teles Bolhão	Setúbal <i>c</i>).
Susana Ribeiro de Brito Valle	3.º Cartório Notarial de Almada <i>a</i>).
Tomás Machado Lima de Sousa Rio	Cartório Notarial de Ponte de Lima <i>a</i>).

a) Extinto cartório já objecto de transformação.

b) Cartório criado *ex novo* no mapa anexo ao Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004 de 4 de Fevereiro, a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º, cuja licença já foi atribuída em anterior concurso.

c) Cartório criado *ex novo* no mapa anexo ao Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004 de 4 de Fevereiro, a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º

2) Lista dos candidatos a quem não foi atribuída licença de instalação de cartório notarial por terem concorrido a cartórios notariais relativamente aos quais há concorrentes com melhor graduação:

Alexandra Patrícia Lima Arriscado.
 Ana Cristina Bento Rolo.
 Ana Sofia Valada Roque.
 Cláudia Sofia Duarte da Silva Barbas.
 Elisa Maria das Neves Saraiva.
 Goretí da Conceição Pinto Ferreira.
 Graça Maria Moreira de Jesus.
 Helena Luís Rosa Filipe Marujo.
 Inês Barreto Amaral.
 Isabel Maria Santos Loureiro.
 Izabel Maria Lopes de Campos Barreto.
 Joana de Faria Maia.
 Katerina Emilova Kostova Leão.
 Maria Andreia Meireles Craveiro.
 Maria de Lurdes Semedo Pires.
 Maria do Carmo Correia Conceição.
 Marta da Silva Veloso.

Miguel Assunção Noutel dos Santos.
 Nuno Miguel Miranda Gonçalves Moreira.
 Paula Cristina Viegas Rodrigues Ferreira.
 Rui Jorge da Fonseca Lopes.
 Rui Sérgio Heleno Ferreira.
 Sílvia Saraiva de Aguiar Cáceres dos Santos.
 Susana Alexandra Barros Ribeiro.
 Teresa Isabel Dias de Rodrigues Vieira.

3) Lista dos candidatos excluídos:

Alexandra Isabel Pires de Almeida Xavier Fernandes (1).
 Benedita Fernanda de Sá Loureiro (1).
 Eduardo José Costa Reis Santos (2).
 Elisabete Maria da Palma Reis (1).
 Lígia Maria Mendes Carneiro (1).

(1) Por não se encontrar habilitada com o título de notário, nos termos do artigo 10.º do Regulamento de Atribuição do Título de Notário, constante do anexo I à Portaria n.º 398/2004, de 21 de Abril, e do n.º 4 do aviso de abertura do concurso.

(2) Por ter requerido o regresso ao serviço, encontrando-se inibido de novamente se habilitar a concurso para atribuição de licença de instalação de cartório notarial, de acordo com o disposto no artigo 107.º, n.º 6, do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro.

Não há lugar a audiência dos interessados por a decisão de exclusão não ser precedida de uma fase de instrução e ser urgente a decisão final do procedimento do concurso atento o interesse público que lhe está subjacente.

Da decisão homologatória e da decisão de exclusão do procedimento podem os interessados reagir pelos meios de impugnação graciosa e contenciosa legalmente previstos, com os efeitos previstos no artigo 59.º do Código de Processo dos Tribunais Administrativos.

Informa-se que o processo relativo ao presente concurso se encontra disponível para consulta dos interessados nas instalações do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., sitas na Av. D. João II, n.º 1.08.01 D, Edifício H, Parque das Nações, 1803-001 Lisboa, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

29 de Março de 2011. — A Vice-Presidente, *Catarina Isabel Oliveira dos Santos Veiga Ribeiro*.

204534723

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 481/2011

A Portaria n.º 56/2009, de 15 de Janeiro, aprovou o modelo de cartão de identificação profissional e de livre-trânsito para uso do pessoal dirigente e demais funcionários do serviço de auditoria e controlo interno da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho, que aprovou o regime jurídico da actividade de inspecção, auditoria e fiscalização dos serviços da administração directa e indirecta do Estado.

Passados dois anos de vigência, a experiência demonstra a necessidade de simplificar os procedimentos relacionados com a autenticação do cartão bem como de aditar a indicação da validade nos elementos impressos no mesmo.

Aproveitando a presente alteração, actualizam-se algumas designações de acordo com a Lei Orgânica do XVIII Constitucional.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração da Portaria n.º 56/2009, de 15 de Janeiro

Os artigos 3.º e 4.º da Portaria n.º 56/2009, de 15 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

1 —

a) No anverso contém, na parte superior ao centro, o escudo nacional seguido da denominação do Ministério da Economia, da